

**Público**

03-12-2017

**Periodicidade:** Diário

**Classe:** Informação Geral

**Âmbito:** Nacional

**Tiragem:** 51453

**Temática:** Justiça

**Dimensão:** 4875 cm<sup>2</sup>

**Imagem:** S/Cor

**Página (s):** 1/2 a 6



## OPERAÇÃO MARQUÊS

# Como Sócrates usou a máquina do Estado e se fez embaixador do Grupo Lena

Após perder as eleições de 2011 e já como cidadão, o ex-PM recorreu à máquina diplomática para marcar reuniões com governantes estrangeiros, ocultando os seus propósitos, acusa o Ministério Público. Ainda primeiro-ministro, designou colaboradores para ajudar às pretensões do grupo de Leiria

Nuno Ribeiro

**J**osé Sócrates usou o corpo diplomático português e estrangeiro, invocando a qualidade de ex-primeiro-ministro, para estabelecer contactos e marcar reuniões com responsáveis políticos da Venezuela, Argélia e Angola, países onde o Grupo Lena, de Joaquim Barroca, tinha interesses ou queria promover a internacionalização da sua actividade. O Ministério Público diz que esta acção começou com Sócrates no Palácio de São Bento, quando liderava os XVII e XVIII governos constitucionais.

“O arguido José Sócrates Pinto de Sousa aceitou utilizar o seu cargo como primeiro-ministro em benefício do Grupo Lena, a troco do recebimento de vantagens patrimoniais a

que bem sabia não ter direito [...], tendo-se socorrido de colaboradores que lhe eram próximos e da sua confiança, a fim de, segundo as suas indicações, prestarem o específico apoio ao Grupo Lena”, afirma a acusação. As investigações realizadas no âmbito da *Operação Marquês* situam esta incumbência a partir de final de 2006 e levam os magistrados a referir dois nomes – Guilherme Dray, chefe de gabinete, e Vítor Escária, assessor económico –, destacando as suas intervenções em especial junto do Governo da Venezuela, “que o arguido [Sócrates] sabia corresponderem aos interesses económicos do Grupo Lena”.

O Ministério Público explicita, também, o *modus operandi*. “O arguido Carlos Santos Silva aceitou passar a intervir como intermediário do arguido José Sócrates, tendo os dois arguidos, ao longo do ano de 2006, procurado encontrar formas de o arguido José Sócrates, di-

rectamente através de instruções a membros do governo que dirigia, apoiar os negócios a desenvolver pelo Grupo Lena, de modo a que não fosse revelada a intervenção do arguido José Sócrates e que as contrapartidas financeiras a receber não pudessem ser associadas à sua pessoa”, lê-se no despacho de acusação.

Foi por sugestão do chefe de gabinete Guilherme Dray a Carlos Santos Silva, segundo o Ministério Público, que o Grupo Lena custeou a viagem de ida e volta Paris-Lisboa e a estadia na capital portuguesa, entre 14 e 16 de Setembro de 2008, do então vice-ministro venezuelano para a Planificação e Desenvolvimento do Sistema Nacional de Habitação e Habitat, Hector Torres Casado, que se encontrava de visita à Europa.

Em Lisboa, Hector Torres manteve também encontros com o governo português com o objectivo de que o negócio de construção de

50 mil casas na Venezuela estivesse acordado quando da visita do Presidente Hugo Chávez a Portugal, que se iniciaria dez dias depois, a 26 de Setembro.

Contudo, a acusação precisa que um impasse nestas negociações levou Nicolás Maduro, na altura ministro dos Negócios Estrangeiros, a pedir a intervenção de Sócrates, por ocasião da sua visita a Portugal, em 19 de Março de 2010. Tinham já passado dois anos.

### O amigo Chávez

O gabinete do primeiro-ministro, através do assessor económico Vítor Escária, acompanhou a presença do chefe da diplomacia de Caracas, do seu chefe de gabinete Temir Porras e do vice-ministro para a Habitação e Habitat, Uliyanov Niño Delgado. No final, foi acordada uma adenda ao contrato que viria a ser assinada durante uma visita de dois dias – 29 e 30 de Maio de 2010 – do primeiro-

ministro português à Venezuela, durante a qual foram divulgados 19 acordos entre os dois países, envolvendo 16 empresas e um montante de 1,65 mil milhões de euros.

Segundo o Ministério Público, para concretizar o início do contrato da empreitada, Vítor Escária contactou o chefe de gabinete de Maduro, Temir Porras, mas a situação arrastou-se. José Sócrates terá insistido na questão durante uma breve estadia do Presidente Chávez em Portugal, em 14 de Outubro de 2010, dez dias antes de iniciar a sua última visita ao nosso país. Já durante a visita presidencial, foi assinado o contrato de empreitada do Grupo Lena, no valor de 988 milhões de dólares, numa digressão que ficou também marcada pelos anúncios da compra de 1,5 milhões de computadores Magalhães e da encomenda aos estaleiros de Viana do Castelo de dois navios de transporte de asfalto. A Venezuela era





DANIEL ROCHA

Sócrates em Caracas com Hugo Chávez (2008) e num encontro em 2006 com José Eduardo dos Santos: Venezuela e Angola foram países essenciais à expansão do Grupo Lena



MIGUEL MACIEIRA / ARQUIVO

um eldorado para as exportações portuguesas e internacionalização da economia nacional.

De acordo com o despacho de acusação, “em face da definição do montante de antecipação de preço e da garantia que seriam pagos”, correspondente ao contrato de empreitada, “os arguidos Joaquim Barroca e Carlos Santos Silva trataram de concretizar o pagamento de mais uma factura emitida no âmbito da pretensa prestação de serviços da sociedade XLM [do universo empresarial de Santos Silva] à LEC, SA, sucursal da Venezuela da Lena Engenharia Construções, SA, tendo esta pago [a Santos Silva], na data de 29 de Março de 2011, a quantia de 250 mil euros, sem IVA, sabendo que tal montante seria gasto no interesse do arguido José Sócrates”. Nesta data, Sócrates era já um primeiro-ministro demissionário. Seis dias antes, o Plano de Estabilidade e Crescimento 2011-2014, o PEC IV, fora chumba-

do e o país vivia em crise política.

Noutro ponto da acusação, os magistrados referem que Joaquim Barroca, administrador do Grupo Lena, pagou ao primeiro-ministro Sócrates, através de contas controladas por Carlos Santos Silva, 2,875 milhões de euros, entre Fevereiro e Junho de 2007 e Setembro de 2008, via duas sociedades – Giffard Finance e Pinehill Finance – utilizadas para a circulação do dinheiro. E, entre Novembro de 2009 e Abril de 2014 – período que abrange Sócrates como primeiro-ministro e já ausente do poder –, mais de 2,9 milhões de euros, “a coberto de pretensos contratos de prestação de serviços com a XLM – Sociedade de Estudos e Projectos, Lda., do arguido Carlos Santos Silva”. Somadas estas parcelas, chega-se ao valor de 5,8 milhões de euros.

Segundo o Ministério Público, as contrapartidas a favor de José Sócrates seriam “sempre pagas pelo

**Sócrates elogiaria o regime chavista no seu espaço de comentário na RTP1 se uma reunião com o Presidente Maduro se realizasse. O objectivo seria desbloquear atrasos nos pagamentos dos venezuelanos ao Grupo Lena**

Grupo Lena para a esfera formal do arguido Carlos Santos Silva”, que sempre “poderia justificar esse recebimento com as relações comerciais que mantinha com o referido grupo”. Ainda assim, precisa a acusação, “o arguido Carlos Santos Silva dispôs-se a fazer confundir com o seu património pessoal os fundos que viesse a receber no âmbito desse acordo com o arguido José Sócrates”. E continua: “Mantendo o conhecimento do valor total que na realidade pertencia ao arguido José Sócrates e dispondo-se a afectar ao mesmo os montantes que este lhe viesse a solicitar.”

**Percentagem de 1% a 3%**

A acusação refere que depois de perder as legislativas de 5 de Junho de 2011, José Sócrates não deixou de acompanhar, já como ex-primeiro-ministro, a presença do Grupo Lena na Venezuela. O bom relacionamento que tinha mantido com o Presi-

dente Hugo Chávez, a cujas cerimónias fúnebres assistiu a 8 de Março de 2013 a título pessoal, prolongou-se ao ser convidado pela Comissão Nacional Eleitoral venezuelana para acompanhar como observador internacional as eleições de 14 de Abril de 2013, das quais resultou a legitimidade sucessória do Presidente Nicolás Maduro.

Em Novembro de 2013, Carlos Santos Silva tentava desbloquear os pagamentos em atraso ao Grupo Lena relativos ao projecto de construção das 50 mil casas e terá pedido o apoio de Sócrates. Aproveitando deslocações à Europa de Temir Porras – o antigo chefe de gabinete de Maduro quando este era MNE veio a ser mais tarde secretário-executivo do Fundo de Desenvolvimento Nacional da Venezuela –, o ex-primeiro-ministro manteve três encontros com este responsável. Em Paris, a 22 de Novembro de 2013, dias depois, em 4 de Dezembro, em Lisboa, →

# OPERAÇÃO MARQUÊS

e, já em 2014, a 12 de Setembro, em Madrid.

Anteriormente, em 2 de Junho, José Sócrates também tivera em Lisboa um almoço com o vice-presidente da Venezuela e o embaixador daquele país. O Ministério Público refere que para além das dívidas ao Grupo Lena, Sócrates queria abordar assuntos do grupo suíço Octapharma, do qual passou a ser consultor para a América Latina a partir de 29 de Janeiro de 2013.

Mas os pagamentos dos venezuelanos ao Grupo Lena continuavam em falta, apesar dos contactos de Vitor Escária junto de Temir Porras. Escária fora assessor económico de Sócrates em São Bento, e viria a desempenhar o mesmo cargo no actual Governo de António Costa, demitindo-se de funções em Julho passado ao ser constituído arguido no caso das viagens ao Euro 2016 a convite da Galp. Carlos Santos Silva terá sugerido a Porras o pagamento de uma percentagem entre 1% a 3% dos 100 milhões de dólares em dívida "a título de contrato de agência", mas os atrasos de pagamento prosseguiram.

A acusação assinala que os venezuelanos solicitaram a José Sócrates que gravasse uma declaração "com afirmações pré-definidas" de apoio internacional ao Governo de Caracas. O ex-governante não se mostrou disponível para isso, mas sim para proferir declarações favoráveis ao regime chavista no seu espaço de comentário semanal na RTP1, que a estação pública anunciava como "um olhar único, a análise exclusiva e a opinião de José Sócrates". Contudo, só o faria se houvesse um sinal positivo para uma reunião, insistentemente pedida, com o Presidente Nicolás Maduro, que não se chegou a realizar. Dos 100 milhões de dólares em falta, foram pagos pouco mais de 33,6 milhões.

## Loas a Argel na TV

Em 2013, Carlos Santos Silva e o Grupo Lena tentavam na Argélia um negócio de construção de 20 mil casas pré-fabricadas que abrangia a montagem de unidades produtivas, num projecto em tudo semelhante ao da Venezuela. Em jogo estava ainda, de acordo com o Ministério Público, a construção de hotéis, de uma torre de escritórios e de habitação na cidade de Oran. Então, a



Com o Presidente argelino em 2007 e no dia da detenção em Lisboa



empresa portuguesa já estava envolvida na construção de hospitais em Tamanrasset, um povoamento no sul daquele país, e em Blida, a oeste de Argel. A primeira obra está concluída e a segunda, neste Outono de 2017, encontra-se na fase final. Ambas foram adjudicadas pelo Ministério da Defesa. O grupo português tinha também como objectivo participar em outras obras, nomeadamente a construção de hospitais na tutela das autoridades argelinas da Saúde, nas regiões de Argel e Tizi-Ouzou, o centro berbere da Argélia.

Em Setembro de 2013, segundo a acusação, aproveitando os contactos mantidos com altos funcionários do Ministério dos Negócios Estrangeiros enquanto primeiro-ministro, Sócrates requereu a Francisco Lopes, subdirector-geral dos Assuntos Eu-

ropes no Palácio das Necessidades, diligências junto da embaixada da Argélia para ser convidado a visitar aquele país e a encontrar-se com o Presidente Abdelaziz Bouteflika. Francisco Lopes, hoje embaixador de Portugal na ONU, fora seu assessor diplomático em São Bento. Sócrates ocultou-lhe a finalidade desta visita a Argel e mais tarde solicitou-lhe ainda a marcação de uma outra reunião com o ministro da Saúde argelino.

A investigação da *Operação Marquês* considera que José Sócrates pretendia aproveitar a deslocação à Argélia nesse ano de 2013 para promover os interesses comerciais do Grupo Lena e da Octapharma, o grupo suíço de que era consultor. A embaixadora argelina, Fathia Selmane, referiu a Francisco Lopes que o Presidente Bouteflika estava doente, sugerindo uma reunião com o primeiro-ministro Abdelfmalek Sellal, considerado como o futuro sucessor do Presidente. Após o encontro que decorreu a 7 de Outubro, de acordo com o despacho de acusação que cita uma escuta, Sócrates afirmou a Carlos Santos Silva que "correu muito bem em conversa, ele disse que vocês iam ser chamados".

Como não houve seqüência, na oferta de dois exemplares do livro *A Confiança no Mundo – sobre a Tortura em Democracia*, um deles com dedicatória para o Presidente Abdelaziz Bouteflika, Sócrates voltou a abordar a proposta das casas pré-fabricadas do Grupo Lena com a chefe da delegação diplomática da Argélia em Lisboa. O Ministério Público refere que estas diligências do ex-primeiro-ministro de Portugal levaram a um jantar, em 2 de Dezembro de 2013, do ministro argelino da Habitação, Abdelmadjid Tebboune, com Joaquim Barroca, do Grupo Lena, e Carlos Santos Silva. E, mais tarde, em 6 de Fevereiro de 2014, a uma reunião com o ministro Tebboune.

Mau grado a sucessão de encontros, não havia desenvolvimentos. Pelo que, na versão da acusação, "aproveitando a circunstância de ter sido convidado para observador internacional da preparação das eleições de 17 de Abril na Argélia", Sócrates requereu à embaixadora Fathia Selmane uma reunião com o ministro da Habitação, na qual solicitou ao governante que recebesse o

## Defesa de Sócrates nega relações com Grupo Lena

As relações de José Sócrates com o Grupo Lena "resumem-se a nada e coisa nenhuma", afirma o advogado do ex-chefe de Governo em declaração escrita a pedido do PÚBLICO. "Enquanto primeiro-ministro e mesmo depois, nenhuma relação manteve José Sócrates com esse grupo, nenhum negócio, particular ou público, concluiu com ele, nenhuma contrapartida de vantagem obteve dele", destaca João Araújo.

O advogado sustenta que "se o Grupo Lena alcançou algum ganho durante o seu mandato [de Sócrates], em todo o caso inferior ao que lhe coube no governo seguinte, obteve-o exactamente como as demais empresas portuguesas congéneres, em resultado de acções da chamada diplomacia ou da sua participação em concursos públicos, relativamente aos quais o engenheiro José Sócrates não teve, nem podia ter, intervenção alguma".

O defensor do ex-primeiro-ministro assegura que "toda a história do favorecimento do Grupo Lena não resiste a uma análise, mesmo superficial, dos factos conhecidos, quantificados, comprovados e verificados, que só ingressou na acusação — afinal, um cortejo de sub-histórias e de pessoas a que é alheio — porque, afinal, pareceria mal deixar de fora o que, desde o início e durante tanto tempo, serviu para justificar o processo".

E critica a forma como os meios de comunicação em geral se têm referido às acusações a José Sócrates desde que o despacho de acusação do Ministério Público foi tornado público, no início de Outubro.

**Com a queda do preço do petróleo, Angola começou a ter problemas financeiros, o que colocou dificuldades às empresas portuguesas a operar naquele país. As sociedades do Grupo Lena não eram excepção**

31

**O número de crimes pelos quais José Sócrates é acusado na Operação Marquês. O processo tem um total de 28 arguidos**

24

**O Ministério Público suspeita que o ex-primeiro ministro terá acumulado 24 milhões de euros na Suíça, entre 2006 e 2009**

Grupo Lena. Em telefonema ao embaixador português em Argel, António Gamito, José Sócrates omitiu estas diligências: informou apenas que fora convidado pela diplomata argelina em Lisboa, em nome do ministro dos Negócios Estrangeiros, para se encontrar com o titular da pasta da Habitação, Abdelmadjid Tebboune. Este ministro argelino recebeu os empresários portugueses em 23 de Abril de 2014.

O Ministério Público destaca que o antigo chefe do Governo de Portugal prometeu proferir publicamente no seu programa de comentário semanal na RTP1 uma declaração de apreço sobre a forma como fora organizado e tinha decorrido o processo eleitoral da Argélia, que acompanhara como observador internacional. Fê-lo com uma semana de atraso em relação ao previsto, devido à transmissão televisiva de um jogo do Benfica.

Em Julho, perante a necessidade de o Grupo Lena voltar a ser recebido pelo ministro da Habitação, Abdelmadjid Tebboune, a acusação refere que Carlos Santos Silva solicitou a intervenção de Sócrates junto do embaixador português na Argélia. O diplomata António Gamito, atendendo a que o pedido vinha do ex-chefe do Governo de Portugal que fora convidado como observador internacional às eleições, conseguiu o encontro para 31 de Julho. Em Outubro de 2014, Carlos Santos Silva terá reconhecido a Sócrates que “todos os passos estão a correr bem” no negócio na Argélia.

#### Atenções ao longo dos anos

Com a queda do preço do petróleo, Angola começou a ter problemas financeiros, o que colocou dificuldades às empresas portuguesas a operar naquele país. As sociedades do Grupo Lena não eram excepção. Segundo o Ministério Público, em Agosto de 2014, Carlos Santos Silva requereu a José Sócrates que conseguisse uma reunião com o vice-presidente angolano, Manuel Vicente, para abordar a questão.

Sócrates falou com Guilherme Dray, que fora seu chefe de gabinete em São Bento e seu adjunto no Ministério do Ambiente. Dray sugeriu-lhe que falasse com Carlos Costa Pina. Este antigo secretário do Estado do Tesouro e das Finanças nos VXII e XVIII governos constitu-

cionais, ambos liderados por José Sócrates, advogado na área de exploração e produção de petróleo, é, desde 2012, membro do conselho de administração e da comissão executiva da Galp. Razão pela qual tinha possibilidade de contacto facilitada com o gabinete de Manuel Vicente, que fora presidente do conselho de administração da Sonangol, a petrolífera angolana.

Por mediação de Costa Pina, o ex-primeiro-ministro mantém uma conversa telefónica, em 3 de Setem-

bro, com Manuel Vicente. Ao “vice” angolano, Sócrates manifesta interesse em ser por ele recebido ou que Vicente receba pessoas amigas que, de acordo com a acusação, definiu como a quem “deve ao longo dos anos umas atenções.” O dirigente angolano sugeriu um encontro em Nova Iorque à margem da Assembleia Geral das Nações Unidas, que decorreria daí a uns dias.

José Sócrates indaga junto de Francisco Lopes, subdirector-geral dos Assuntos Europeus, sobre as

datas daquela reunião da ONU, e quem era o embaixador português na organização. Ao embaixador Mendonça e Moura, que conhecia dos tempos de chefe da delegação diplomática na União Europeia, em Bruxelas, o ex-chefe de Governo pediu que diligenciasse junto da representação de Angola nas Nações Unidas a marcação de um seu encontro com Manuel Vicente, não revelando ao diplomata o que pretendia tratar com o “número dois” de Luanda.

O encontro de Sócrates, acom-

panhado por Carlos Santos Silva e Joaquim Barroca, com o vice-presidente angolano teve lugar em 25 de Setembro na Missão de Angola em Nova Iorque. Na versão da acusação, o ex-primeiro-ministro apresentou os seus acompanhantes ao interlocutor angolano. O encontro foi frutífero para o grupo empresarial português, que resolveu as questões pendentes quanto às sociedades por ele participadas em Angola.

nuno.ribeiro@publico.pt

# OPERAÇÃO MARQUÊS



## O PS não foi capaz de analisar o perfil de quem foi seu secretário-geral e candidato à direcção do Governo

Viriato Soromenho-Marques  
 Professor catedrático da Universidade de Lisboa

# Partidos têm dado pouca relevância à ética

Nuno Ribeiro

**Acusação pode ser uma oportunidade para afirmar novos critérios de vigilância e apertar as malhas das incompatibilidades**

O despacho de acusação da *Operação Marquês* levanta interrogações sobre a prevenção da sociedade à forma como os representantes eleitos pelo povo exercem as suas funções. Não é só o escrutínio das suas acções que está em causa. Em jogo está a forma e existência, ou não, de filtros no recrutamento partidário. Três especialistas analisam a questão e apontam caminhos.

“Os partidos têm dado pouca relevância à ética”, considera Luís de Sousa, investigador do Instituto de Ciências Sociais (ICS), doutorado por Florença com uma tese sobre políticas públicas de combate à corrupção e antigo presidente da TIAC – Transparência e Integridade, Associação Cívica. “Os partidos falam de ética mas não a praticam nem têm trabalhado nos mecanismos de controlo, apesar de terem um melhor processo de selecção e comissões jurisdicionais”, comenta.

“Na política, devemos falar de uma ética pública que é um ponto de encontro entre as normas mais gerais e as obrigações do cidadão”, pontualiza Viriato Soromenho-Marques, catedrático de Filosofia Social e Política e de História das Ideias na Europa Contemporânea da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Deste modo, Soromenho-Marques baliza a questão: “A ética pública insere-se na capacidade de verificar se os titulares de cargos públicos cumprem os seus deveres e exercem os seus poderes, pois a omissão do poder pode ser tão trágica como o abuso do poder.”

Carlos Jalali, doutorado por Oxford e professor de Ciência Política na Universidade de Aveiro, insiste na responsabilidade dos partidos.



“Hoje, o cidadão é mais exigente” no escrutínio dos poderes públicos, diz o politólogo Carlos Jalali

“Os próprios partidos políticos têm de ter mecanismos de filtragem no acesso que permita que cheguem ao topo pessoas com ética”, refere.

Uma política em crescendo de afirmação num tempo de crise é a diplomacia económica. “É uma área muito porosa, na qual interagem interesses públicos e privados, pode haver promiscuidade e há a possibilidade de se obterem rendas mediante os interesses das empresas com as autoridades dos países de acolhimento, o decisor político pode então passar à qualidade de *broker*, obtendo comissões ilícitas”, observa Luís de Sousa. “Estes riscos devem ser mitigados pela forma como são estruturadas as missões da diplomacia económica com a chancela do primeiro-ministro ou do Presidente da República”, recomenda o investigador do ICS.

“Por que é que as empresas recrutam ex-governantes?”, interroga Carlos Jalali. “Um factor é porque esses ex-governantes são presumivelmente competentes e chegaram ao poder através de vários filtros,

mas há também o seu conhecimento dos interlocutores e mecanismos das decisões políticas internas e externas que lhes permite facilidade de contactos”, argumenta. É o enquadramento de competência, conhecimento e rede.

“Temos uma prática de recrutamento de ministros que vêm do sector privado e que são convidados pela competência profissional e conhecimento do sector”, recorda Luís de Sousa: “Se a conflitualidade de interesses não existe no momento do recrutamento, porque tem de existir depois?”, questiona. Para o antigo presidente da TIAC, os mecanismos de dissuasão existentes não são suficientes. “O período de nojo de três anos para os titulares de cargos políticos e de altos cargos públicos para empresas de um sector por ele tuteladas não é suficiente na duração nem na forma”, assinala. “Há decisões tomadas e que afectaram um determinado sector económico que se prolongam no tempo, como as PPP [Parcerias Público-Privadas], algumas das quais até 20 anos”, explica.

Do exterior vêm exemplos de outro *modus operandi*. “No Reino Unido há alguma fiscalização *post-employment*, uma verificação *a posteriori* do trajecto profissional dos cargos políticos”, invoca o investigador do ICS. “Na Europa, as comissões de ética criadas no âmbito parlamentar deviam controlar estas questões e terem um papel com recriminações públicas”, assegura. Contudo, há dificuldades: “Os grandes partidos não enveredam por este caminho, quem levanta estas questões são os partidos-tribuna, minoritários, as associações da sociedade civil e os líderes de opinião.”

### “O PS falhou”

Mais comuns são as vias seguidas na fiscalização. “Basicamente é criar obstáculos, em todos os países tem-se seguido por duas linhas”, explica Luís de Sousa. “Períodos de nojo à saída do Governo, a que há também de ponderar períodos de nojo à entrada, tal como para os reguladores”, destaca. “A segunda linha é que não basta o impedimento, tem

de haver um organismo com legitimidade política que faça a monitorização destas situações e as divulgue, como acontece com a nomeação dos comissários europeus que são escrutinados pelo Parlamento Europeu”, recomenda. “O mesmo devia existir em relação aos ministros e secretários de Estado de cada país”, insiste.

Da *Operação Marquês*, Viriato Soromenho-Marques anota vários falhanços no crivo democrático. “O Parlamento tem de criar uma comissão de análise do *curriculum* dos deputados, é uma questão de segurança dos cidadãos que, quando votam em alguém, votam, por definição, numa pessoa de bem”, anota.

“A Constituição dá aos partidos o monopólio de representação para o Parlamento. O PS falhou redondamente, não foi capaz de analisar o perfil e a informação objectiva de quem foi seu secretário-geral e candidato à direcção do Governo”, prossegue Soromenho-Marques. “Falhou quem com ele colaborou, há um colapso moral perante uma personalidade dominante”, sustenta. “Houve, também, um desarme da sociedade pela forma como a elite económica colaborou no bloco central dos interesses”, sublinha. “Quando as instituições funcionam no espírito constitucional, com o Parlamento a funcionar rigorosamente, não consideram que quem foi eleito está à margem do escrutínio”, repara.

Contudo, Viriato Soromenho-Marques refere que há um antes e depois das acusações ao ex-primeiro-ministro. “O grau de visibilidade deste assunto deixa-nos numa situação de alarme e prevenção, não é uma garantia mas uma oportunidade”, assegura. “Isto não pode ser esquecido, é o espelho da nossa sociedade”, sentença.

“Hoje, o cidadão é mais exigente”, corrobora Carlos Jalali. “Temos uma opinião pública mais qualificada na forma como interpreta estas situações, há sinais de mais exigência da sociedade civil, de menos âncora nos partidos políticos, para colocar estas questões na agenda política”, conclui.